

TESTES DE AVALIAÇÃO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA MENTAL: IDENTIFICANDO O KTK

José Irineu Gorla*
José Luiz Rodrigues**
Carlos Alberto Veiga Brunieira***
Evanil Antonio Guarido****

GORLA, José Irineu; RODRIGUES, José Luiz; BRUNIEIRA, Carlos Alberto Veiga; GUARIDO, Evanil Antonio. Testes de Avaliação para pessoas com deficiência Mental: identificando o KTK. *Arq. Ciênc. Saúde Unipar*, 4(2): 121-128, 2000.

RESUMO: Objetivamos neste estudo uma maior compreensão e entendimento a respeito da avaliação motora em pessoas com deficiência mental, especificamente sobre o teste de coordenação corporal – KTK. O primeiro tópico abordado procura identificar os métodos como possibilidades de avaliação e na sequência apresenta o teste de coordenação corporal – KTK- como instrumento de avaliação. Com base nas informações consultadas verificou-se a importância da avaliação em pessoas com deficiência mental visto que seu papel e necessidade torna-se uma constante no ensino-aprendizagem, tornando este procedimento contínuo no processo educacional.

PALAVRAS-CHAVE: avaliação; deficiência mental; educação física adaptada.

TESTS OF ASSESSMENT FOR PEOPLE WITH MENTAL DEFICIENCY: IDENTIFYING KTK

GORLA, José Irineu; RODRIGUES, José Luiz; BRUNIEIRA, Carlos Alberto Veiga; GUARIDO, Evanil Antonio. Tests of assessment for people with mental deficiency: identifying ktk. *Arq. Ciênc. Saúde Unipar*, 4(2): 121-128, 2000.

ABSTRACT: We objectify in this study a bigger understanding and agreement regarding the motor assessment in people with mental deficiency, specifically on the test of corporal coordination - KTK. The first boarded topic seek to identify the methods as possibilities of evaluation and in the sequence presents the test of corporal coordination - KTK- as evaluation instrument. On the basis of the consulted information it was verified the importance of the evaluation in people with mental deficiency, since its paper and necessity become a constant in teaching and learning, transforming this continuous procedure in the educational process.

KEY WORDS: adapted physical education; evaluation; mental deficiency.

Introdução

Face a inquietações e a complexidade dos processos avaliativos para crianças, adolescentes e adultos com deficiência, objetivamos neste estudo uma maior compreensão e entendimento a respeito da avaliação, especificamente nas instituições que atendem a pessoa portadora de deficiência mental.

Entendemos ser a avaliação, embora um tema polêmico, necessário para o desenvolvimento de um bom trabalho, em especial, na Educação Física, e porque não uma interface disso com outras áreas de conhecimento.

No nosso dia-a-dia, trabalhando há anos com

populações especiais, mais notadamente com pessoas portadoras de deficiência mental, tem sido comum depararmos com pessoas, e até mesmo com alguns profissionais, colocando em dúvida a importância de avaliar a referida população. Outro fator importante, também pela falta de informação, é o desconhecimento dos instrumentos avaliativos por parte de alguns profissionais, levando-os a indagar as baterias de testes usuais disponíveis para a população com deficiência mental.

É importante ressaltar que as razões para a mensuração são as mesmas para quaisquer outros grupos, e principalmente se levarmos em conta que

* Professor da Universidade Paranaense – UNIPAR – Mestrando Atividade Física e Adaptação – UNICAMP.

** Professor Doutor em Atividade Física e Adaptação – FEF - UNICAMP.

*** Professor da Universidade Paranaense – UNIPAR e UEL – Mestre em Biodinâmica – USP.

**** Professor da Universidade Estadual de Londrina – UEL – Mestrando em Educação – FAFIJAN

Endereço: José Irineu Gorla. UNIPAR. Pça. Mascarenhas de Moraes, s/n. 87502-210. Umarama - PR.

E-mail: gorla@unipar.br

estimativas da Organização das Nações Unidas – ONU(1981), apontam que pelo menos 10% da população mundial apresentam algum tipo de deficiência e que, a deficiência mental, é responsável pela metade deste percentual, ou seja, representa 5% da população mundial.

Ainda que os números evidenciam valores notadamente altos, existe a falta de programas investigacionais detalhados sobre pessoas com deficiência mental. Tem-se, portanto, a constatação da necessidade de se proceder a estudos direcionados a essa população especial, no que diz respeito a avaliações motoras, uma vez que a dificuldade de se encontrar trabalhos específicos na área é tal, que dificulta a realização de investigações sistematizadas. Os resultados dos poucos estudos realizados muito freqüentemente refletem informações confusas, como por exemplo: a força não é muito bem desenvolvida; a velocidade está num nível muito baixo, o equilíbrio não é bom, é descoordenado, etc.

Dados mais explicativos sobre esta população em diversas subáreas da Educação Física que envolvem as habilidades motoras estão ainda precariamente surgindo. Faz-se necessário obter explicações quantitativas e qualitativas sobre determinadas variáveis que são de grande valia para o auxílio do profissional, bem como para o desenvolvimento global das pessoas com deficiência mental, especificando os aspectos cognitivo, afetivo-social e motor.

Ao mesmo tempo em que faltam informações, nota-se um grande problema quando se observa na literatura a compilação ou utilização de testes que são padronizados, aplicados na população que não apresenta deficiência, o que pode levar a uma preocupação de caráter metodológico de algumas variáveis apresentadas pelas pessoas com deficiência mental, tais como: tipo de deficiências: perfil da deficiência e nível de comunicação que este lhe permite (comunicação não só verbal), idade, motivação, entendimento, ambiente, experiências motoras anteriores, fatores relacionados ao estilo de vida, disposição psico-social, nível de independência, de segurança, de confiança em si, de auto-conceito e auto-imagem, capacidades para estabelecer relacionamento com grupos, caráter pessoal: introversão ou extroversão.

Assim, quando nos referimos a pessoas com deficiência mental, observamos como é alarmante a falta de instrumentação adequada à essa realidade,

ficando dessa forma o profissional da área de Educação Física Adaptada, com poucos ou mesmo sem elementos para seu diagnóstico e intervenção.

As análises e as ponderações feitas, conforme já esboçadas anteriormente, levam a conclusão de que o assunto avaliação é relevante, devendo ser estimulado na Educação Especial, pois certamente haveria benefícios às pessoas com deficiência mental e o próprio profissional no desenvolvimento de seu planejamento ou intervenção.

Tomando como base os objetivos do presente estudo, faz-se necessário elaborar uma rotina de avaliação capaz de identificar as desordens de coordenação, para que se possa planejar as atividades com base nas dificuldades dos alunos, contabilizando em seguida o seu progresso passo-a-passo e com mais cientificidade. Um diagnóstico criterioso, obtido por meio de teste confiável, pode dar origem a novas decisões sobre problemas apresentados pelos alunos na resposta motora. Segundo Assis *apud* FERREIRA (1997), “aumentaria as chances de sucesso na elaboração de uma proposta de intervenção”.

Desenvolveremos este estudo objetivando: (A) identificar os métodos como possibilidades de avaliação, (B) apresentar o teste de coordenação corporal – KTK- como instrumento de avaliação, esperando assim contribuir com os profissionais, fornecendo referências possíveis na elaboração de seus planejamentos.

Desenvolvimento

Fatores considerados na avaliação

Muitos são os fatores que devemos considerar quando aplicamos uma bateria de testes motores. Segundo SALVIA & YESSELDIKE(1991), os fatores de circunstâncias atuais de vida, história do desenvolvimento, fatores extrapessoais e interpretação do desempenho, devem assumir um importante papel nas tomadas de decisões.

A observação acurada e cuidadosa é uma importante atividade preliminar para o desempenho de uma avaliação da coordenação motora.

Quando avaliamos crianças com deficiência mental, estas considerações passam a ser mais específicas, pois a maior parte dos testes padronizados disponíveis comercialmente foram desenvolvidos para o uso com crianças que não apresentam deficiências. Neste caso faz-se necessária uma modificação das exigências de estímulo e respostas, modificações estas que visam

facilitar o seu uso com as pessoas que apresentam a deficiência mental. Ao modificar as exigências de estímulo/resposta, os avaliadores conseguem obter amostras de comportamento. Contudo, o teste não é mais uma teste “padronizado”, visto que as condições sob as quais ele foi normalizado foram alteradas. Sendo assim, utilizaremos dos “escores” obtidos pelas crianças com deficiências apenas como um padrão de referência na interpretação dos resultados.

Métodos de identificação e avaliação

Métodos de identificação e avaliação estão intrinsecamente ligados à natureza e características de qualquer desordem e, de fato, freqüentemente determinam o que são as características centrais.

A avaliação é um processo fundamental. LINDEMAN (1967) descreve que a avaliação propicia informações apropriadas a respeito das condições do aluno em determinado momento, bem como o grau de seu progresso em relação aos objetivos de ensino propostos, permitindo tanto ao professor, como ao aluno, um desempenho eficaz de suas funções.

Uma das maiores preocupações quando da seleção de instrumentos de avaliação para examinar processos é por que o teste está sendo utilizado e para que propósito os resultados serão usados. JOHNSON (1972), afirma que é preciso conhecer muito bem os diversos instrumentos de aferição e seus propósitos educacionais, além de aplicá-los com as técnicas adequadas e interpretar os resultados corretamente. FARIA JR (1986) relata que comumente a avaliação é confundida com a simples tarefa de testar, medir e observar.

A avaliação deve assumir um papel decisivo no meio educacional. É um processo multifacetado que envolve mais do que a aplicação de um teste. Segundo SALVIA & YSSELDYKE(1991), a avaliação é mais do que simplesmente a coleta de informação; é a coleta de objetivos, devendo especificar e verificar problemas e tomar decisões sobre os alunos.

Contudo, embora não haja o então chamado “padrão de ouro” de avaliação, acreditamos que temos suficiente informações e técnicas para sermos capazes de fazer identificação e avaliação razoavelmente exata, levando a diagnóstico e intervenção. Também acreditamos que um número de crianças tem dificuldades presentes que vão além dos contextos, enquanto as dificuldades de outras são vistas mais freqüentemente em certas situações

do meio.

Há inúmeros instrumentos e métodos que estão diretamente relacionados a preocupações teóricas e práticas dos autores dos teste. Se perguntado a uma professora de escola primária quais crianças em sua sala tiveram ou têm dificuldades de coordenação motora, ela seria capaz de escolher uma ou duas crianças que ela teria notado. Contudo, ela pode ter dificuldade em determinar exatamente quais foram as dificuldades e como elas poderiam ser categorizadas. Em adição, ela pode ser limitada a habilidades requeridas em sua própria sala de aula com pouco conhecimento daquelas exigidas para o lado de fora. Apesar das limitações acima, podemos fornecer algumas linhas guias específicas para avaliação. Primeiro, não há substituto para um conhecimento detalhado das competências de uma criança pelos diferentes contextos. Habilidades de movimento ocorrem em diferentes cenários de meio e avaliação deveria refletir isso. O procedimento de avaliação deveria refletir os recursos que a criança leva para a situação e a interação destes recursos com as demandas do meio.

Instrumentos de avaliação

Os instrumentos de avaliação diferentes que delineamos, embora contendo alguns elementos comuns, variam em seus objetivos, idéias e conteúdo.

Não é surpreendente encontrar um leque de métodos diferentes para identificar crianças com problemas de desordem de movimento. Segundo SUGDEN & WRIGTH(1998), vários são os instrumentos de avaliação, dentre os quais citam-se: Teste de Integração Sensorial da Califórnia do sul (AYRES, 1972); Teste de Bruininks-Oseretsky de Proficiência Motora (BRUININKS, 1978); Teste de Habilidades de Crianças Jovens (GRIFFITHS, 1970); Teste de Sensibilidade Cinestésica (LASZLO & BAIRSTOW, 1985); Exame da Criança com Disfunção Neurológica Menor (TOUWEN, 1979); Teste de Desenvolvimento Motor Grosso (ULRICH, 1985); Bateria de Avaliação de Movimento para Crianças – Teste do Movimento ABC (ENDERSON & SUGDEN, 1992); Teste de Coordenação corporal para crianças (KIPHARD & SCHILLING, 1974), entre outros. No entanto neste estudo foi utilizado o teste de Coordenação corporal para Crianças – KTK de KIPHARD & SCHILLING (1974).

Dentre os estudos e testes observados, optou-

se, portanto, pelo teste de coordenação corporal – KTK – por duas importantes razões, entre outras. Um teste é frequentemente julgado por sua validade. O teste KTK possui uma confiabilidade individual entre 0.65 a 0.87, ficando, porém com uma confiabilidade total de 0.90 (KIPHARD & SCHILLING, 1976), o que demonstra credibilidade para aplicação do mesmo.

Teste de Coordenação KTK

O teste de coordenação corporal para crianças (KTK) surgiu de um trabalho estreitamente conjunto do “Westfälischen Institut für Jugendpsychiatrie und Heilpädagogik Hamm” (Director: Landesmedizinaldirektor Dr. B. Bunnekens) e do “Institut für Ärztl. Päd. Jugendhilfe der Philippe-Universität” (Direktor: Prof. Dr. H. Stutte), frente à necessidade de poder diagnosticar mais sutilmente as deficiências motoras em crianças com lesões cerebrais e/ou desvios comportamentais.

O desenvolvimento do teste ocorreu durante cinco anos de estudo em diversos estágios e com apoio da Sociedade Alemã de Apoio à Pesquisa. As provas de função motora publicadas por Hünnekens, Kiphard e Kesselmann em 1961, foram aprimoradas e alteradas, chegando-se ao Teste-KTK atual, de acordo com os pontos de vista da teoria de testes de Schilling (Diem *apud* HEIDE, 1983).

Este teste evoluiu do teste de Ozeretski (BRUNINKS, 1978), relativamente à facilidade da sua aplicação, ou seja, envolvendo todos os aspectos característicos de um estado de coordenação corporal, que tem como componentes o equilíbrio, o ritmo, a lateralidade, a velocidade e a agilidade, que se distribuem em quatro provas.

O KTK é um teste de rendimento motor. Para cada tarefa estão prescritos exercícios-ensaio, para que a criança possa adaptar-se à tarefa e ao material do teste. Pelo grau crescente das dificuldades em cada tarefa, pretende-se que a criança chegue gradativamente ao seu limite de rendimento.

Como o teste foi construído primeiramente para a determinação da situação de desenvolvimento do domínio corporal de crianças portadoras de deficiências, não pode ter nenhuma instrução exatamente igual, severa e rígida. O avaliador deverá estar em condições de informar tanto verbalmente como pelas suas ações, de modo que a criança compreenda total e completamente a tarefa colocada. Para isto, é dado especial valor à demonstração – e se necessário, com repetição

desta – para cada tarefa.

Pelo exercício-ensaio pode-se verificar se a criança compreendeu realmente a tarefa. Em alguns casos, a demonstração e instrução do teste precisam ser sub-divididas em partes.

O KTK testa a dimensão de movimento “domínio corporal geral” de acordo com os resultados da análise de fatores, que objetivam forte homogeneidade das tarefas do teste. Ele se presta para a determinação do desenvolvimento desta dimensão de movimento em crianças de 5 a 14 anos. A aplicação em adolescentes mais velhos é viável, sendo utilizada a referência dos valores normativos para 13/14 anos para sua interpretação.

Para crianças emocionalmente instáveis, a instrução é dada de forma diferenciada, de acordo com as circunstâncias, para que elas adquiram confiança, perdendo seus receios ou medos. Com isso, o avaliador do teste terá margem para um certo jogo na comunicação com crianças portadoras de deficiências; o importante é que os conteúdos das informações devem ser dados por completo, mesmo que o avaliador faça isso por etapa, como descrito anteriormente.

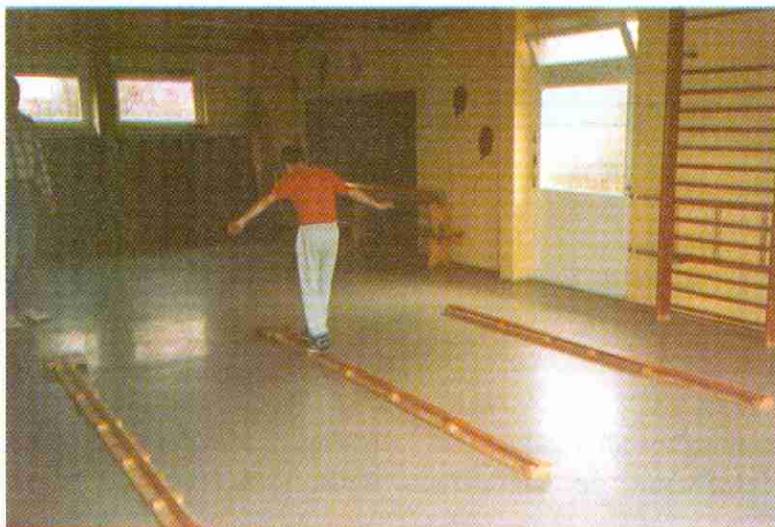
No caso de perturbações (interferências externas ou internas no local de aplicação, como por exemplo: desvio de atenção da criança por ruídos ou chamadas de fora, não observância parcial das instruções dadas), o avaliador deverá cancelar os pontos da tentativa iniciada e repeti-la quando tiverem sido eliminadas ou contornadas as interferências.

Para avaliar a capacidade de coordenação corporal utiliza-se do teste KTK de KIPHARD e SCHILLING (1974), que leva cerca de 10 a 15 minutos para ser administrado. A sala de teste deve ser de mais ou menos 4x5 metros. O teste é composto pelas tarefas descritas a seguir:

Tarefa 1 - Trave de Equilíbrio

Objetivo: estabilidade do equilíbrio em marcha para trás sobre a trave. Foto 1

Material: Serão utilizadas três traves de 3 metros de comprimento e 3 cm de altura, com larguras de 6 cm, 4,5cm e 3 cm. Na parte inferior são presos pequenos travessões de 12x5x2cm, espaçados de 50 em 50 cm. Com isso, as traves alcançam uma altura total de 5cm. Como superfície de apoio para saída, coloca-se à frente da trave, uma plataforma medindo 25x25x5cm. As três traves de equilíbrio são colocadas paralelamente.



Fonte: Gorla(1997)

Figura 1 - Teste Equilíbrio na Trave.



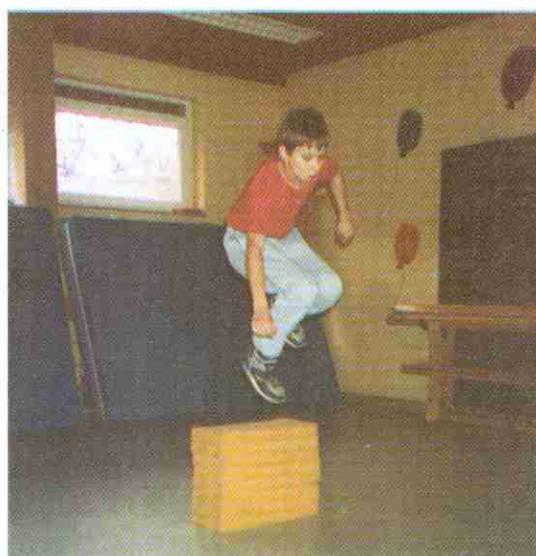
Fonte: Gorla(1997)

Figura 2 - Trave de Equilíbrio.

Tarefa 2 – Salto Monopedal

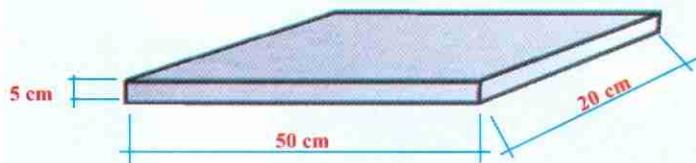
Objetivo: Coordenação dos membros inferiores; energia dinâmica/força. Figura 3.

Material: São usados 12 blocos de espuma, medindo cada um 50cm x 20cm x 5cm.



Fonte: Gorla(1997)

Figura 3 - Teste Salto Monopedal.



Fonte: Gorla(1997)

Figura 4 – Bloco de Espuma.

Tarefa 3 – Salto Lateral

Objetivo: Velocidade em saltos alternados.

(compensado) de 60 x 50 x 0,8cm, com um sarrafo divisório de 60 x 4 x 2 cm e um cronômetro.

Material: Uma plataforma de madeira

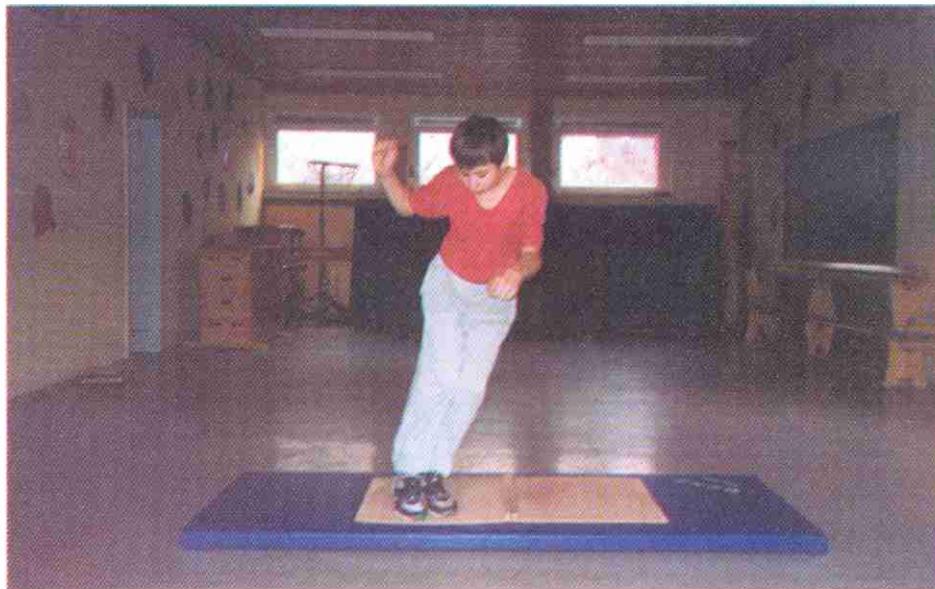
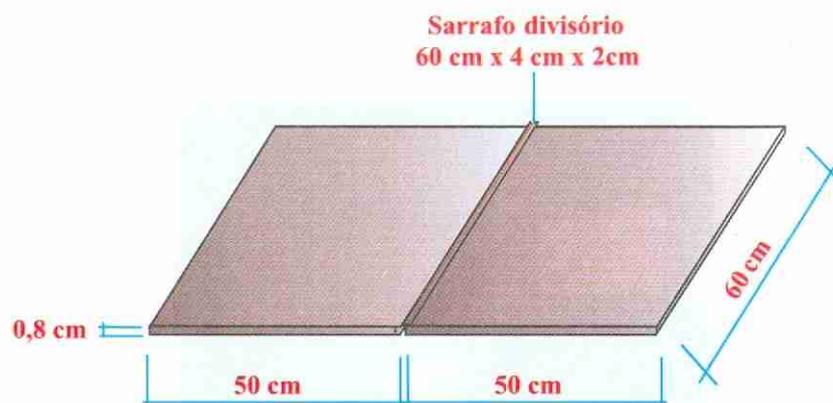


Figura 5 – Teste Salto Lateral.



Fonte: Gorla (1997)

Figura 6 – Plataforma de madeira para o teste salto lateral.

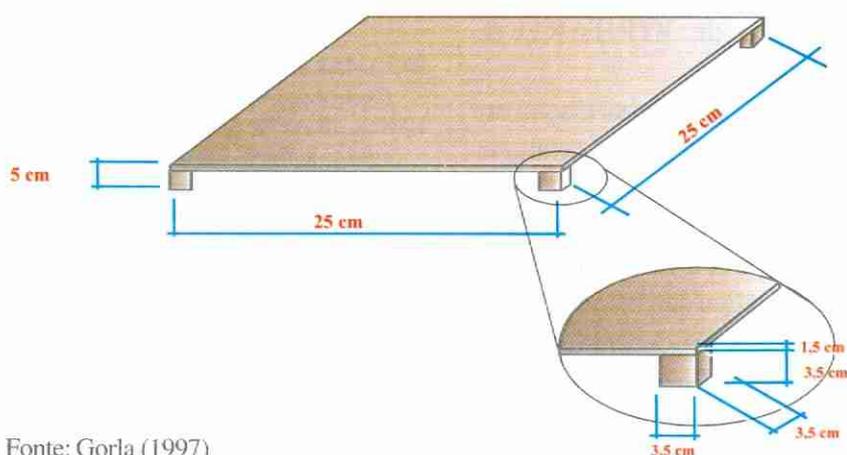
Tarefa 04 – Transferência de Plataforma

Objetivo: lateralidade; estruturação espaço-temporal.

Material: São usados para o teste, 2 plataformas

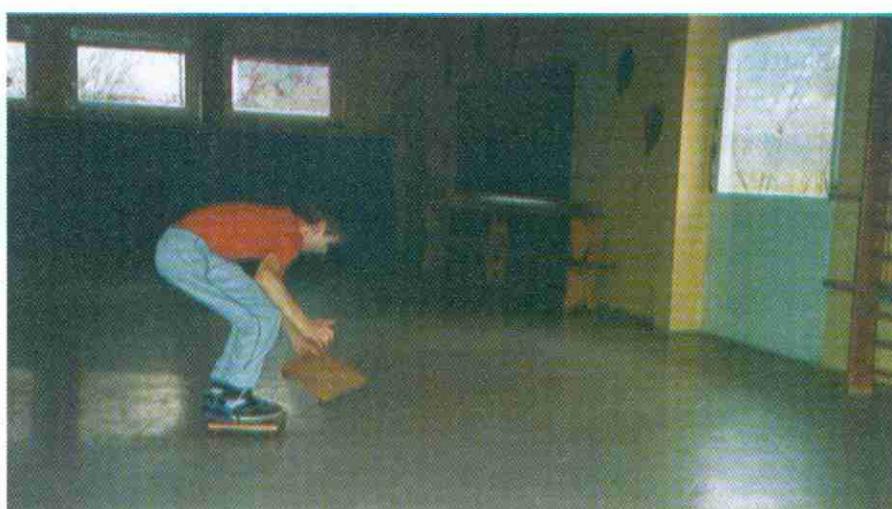
de 25 x 25 x 5 cm e um cronômetro.

As plataformas são colocadas lado a lado com uma distância entre elas de 5 cm. Na direção de deslocar é necessário uma área livre de 5 a 6 metros.



Fonte: Gorla (1997)

Figura 7 – Teste Transferência sobre plataforma.



Fonte: Gorla (1997)

Figura 8 – Plataforma de madeira para teste transferência sobre plataforma.

Considerações Finais

As análises e as ponderações feitas levam a conclusão de que o assunto avaliação é relevante, devendo ser estimulado na Educação Especial, pois certamente haverá benefícios às pessoas com deficiência mental e o próprio profissional no desenvolvimento de seu planejamento ou intervenção.

Não há um instrumento de avaliação de “padrão de ouro” para a identificação e avaliação da coordenação motora em pessoas com deficiência mental. Há inúmeros instrumentos e métodos que estão relacionados a preocupações teóricas e práticas dos autores de testes.

Apesar das limitações, podemos fornecer algumas linhas guias específicas para a avaliação, que poderá certamente contribuir para o desenvolvimento de um programa de intervenção mais específico às necessidades das crianças.

Os estudos relatados comprovam que é um

teste teoricamente embasado, pois fornecem evidências concretas de sua validade, fidedignidade e objetividade. Um outro aspecto positivo é a facilidade com que o teste pode ser administrado tanto ao nível da manipulação dos equipamentos, do registro e interpretação das performances, como na compreensão, pela criança, das tarefas que ela deve realizar e pela segurança dos equipamentos utilizados.

O teste KTK não deve ser visto como um único instrumento para avaliar uma criança, mas como um teste que poderá fazer parte de um conjunto de procedimentos que possibilite avaliar o indivíduo como um todo.

Algumas considerações a respeito deste instrumento, serão observadas com o intuito de esclarecer alguns cuidados e limitações que devem ser tomadas ao se utilizar este teste.

1. O teste KTK, demonstrado neste estudo, tem suas normas padronizadas com a população da

Alemanha, no estudo de KIPHARD & SCHILLING (1974).

2. As tabelas de referência para a classificação no teste, também são padronizadas com crianças da Alemanha.
3. A formação do profissional que for utilizar o KTK deve ser considerada, pois a fundamentação teórica e experiência prática são básicos tanto para a compreensão dos procedimentos de administração e interpretação dos resultados, como no uso adequado das informações obtidas.

Testes de avaliação identificando possibilidades, qualidade, interpretação com padrões qualitativos, quantitativos e pedagógicos em pessoas com deficiência carece mais estudos, visto que seu papel e necessidade torna-se uma constante no processo ensino-aprendizagem, tornando este procedimento contínuo no processo educacional.

Acreditamos que dessa forma, estaremos contribuindo e favorecendo discussões mais ricas, não só para programas de Educação Física em específico, mas para todas as áreas envolvidas no processo educacional.

Referências Bibliográficas

- BRUININKS, R. H. *Bruininks-Oseretsky test of motor Proficiency*. Circle Pines, MN: American Guidance Service, 1978.
- FARIA, JR.A. G. *Fundamentos Pedagógicos I: avaliação em educação física*. Rio de Janeiro: Ao Livro técnico, 1986.
- FERREIRA, A.I.F. *Avaliação Motora para a pessoa deficiente mental nas APAEs da região de Campinas –SP: um estudo de caso*. (tese de doutorado), Campinas: UNICAMP, 1997.
- GORLA, J.I. *Educação física Especial – Testes*, Rolândia, 1997.
- HEIDE, S.E. *Verificação da relação existente entre a coordenação física e o aproveitamento escolar, com crianças de primeira e Segunda séries do 1º grau*. Curitiba, Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade Federal do Paraná, 1983 p.43-74.
- JOHNSON, P.K. *Evaluation del rendimiento em los programas de educación física*. Bueno Aires: Paidós, 192.
- KIPHARD, E.J. – *Insuficiencias del movimiento y de coordinación en edad de 1ª escuela primaria*. Buenos Aires, 28p, 1976.
- KIPHARD, E.J. e SCHILLING, V.F. - *Köper-koordinations-test für Kinder –KTK*, Beltz Test GmbH, Weinheim, 1974.
- LINDEMAN, R.H. *Medidas educacionais*. Porto Alegre: 3ª ed Globo/Mec, 1967
- ONU. Declaração dos Direitos do Deficiente. *O correio da Unesco*, RJ, v.9, n.3, p.7, mar. 1981.
- SALVIA, J. & YSSELDYKE, J.E. *Avaliação em educação especial e corretiva*. 4. Ed. São Paulo: Manole, 1991.
- SUGDEN, D.A. & WRIGHT, H.C. *Motor coordination disorders in children*. SAGE Publications, London – new Delhi, 1998.

Recebido em: 26/04/2000

Aceito em: 14/07/2000